

POESIA INDÍGENA E DIALOGISMO: ESPALHANDO NO VENTO AS VOZES ORIGINÁRIAS DA POÉTICA DE ELIANE POTIGUARA

INDIGENOUS POETRY AND DIALOGISM: SPREADING THE ORIGINAL VOICES OF ELIANE POTIGUARA'S POETRY IN THE WIND

Joel Vieira da Silva Filho¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar e analisar a poesia de autoria indígena de Eliane Potiguara à luz do conceito de dialogismo proposto pelo teórico russo Mikhail Bakhtin. Parte-se da compreensão de que a palavra, conforme o pensamento bakhtiniano, não é neutra nem isolada, mas atravessada por múltiplas vozes, memórias e posicionamentos históricos. Nesse sentido, investigamos como a poesia de Potiguara se inscreve em uma rede ancestral e coletiva, na qual a experiência individual se articula a vozes familiares, políticas e ancestrais. A análise concentra-se em poemas presentes nas obras *Metade cara, metade máscara* (2019) e *O vento espalha minha voz originária* (2023), nas quais a autora constrói versos livres marcados pela presença da alteridade e do diálogo. Dialogando ainda com as reflexões de Trudruá Dorrico sobre a poética do eu-nós, evidencia-se que a escrita de Eliane Potiguara é, também, atravessada por um eu-nós que traduz a dimensão comunitária da palavra indígena, consolidando a literatura indígena como espaço eminentemente dialógico.

Palavras-chave: Poesia Indígena, Dialogismo, Eliane Potiguara, Eu-nós.

ABSTRACT

This article aims to present and analyze the poetry written by Eliane Potiguara in light of the concept of dialogism proposed by Russian theorist Mikhail Bakhtin. It starts from the understanding that words, according to Bakhtin's thinking, are neither neutral nor isolated, but rather traversed by multiple voices, memories, and historical positions. In this sense, we investigate how Potiguara's poetry fits into an ancestral and collective network, in which individual experience is articulated with familiar, political, and ancestral voices. The analysis focuses on poems from the works *Metade cara, metade máscara* (2019) and *O vento espalha minha voz originária* (2023), in which the author constructs free verse marked by the presence of otherness and dialogue. In line with Trudruá Dorrico's reflections on the poetics of the I-we, it is clear that Eliane Potiguara's writing is also permeated by an I-we that reflects the communal dimension of indigenous language, consolidating indigenous literature as an eminently dialogical space.

¹ Doutor e Mestre em Estudos Literários (UFAL), graduado em Letras - Língua Portuguesa (UFAL/Campus Sertão). Professor Assistente da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - Campus do Sertão.

Keywords: Indigenous Poetry, Dialogism, Eliane Potiguara, I-we.

Introdução

“Eu sempre considero que a gente precisou partir para a literatura indígena porque não tinha outros espaços. Estava todo mundo ocupando os nossos espaços” – (Potiguara, 2019, p. 143).

A fala insatisfeita de Eliane Potiguara acentua que por muito tempo os outros falavam sobre os povos indígenas, ocupavam espaços ou até mesmo roubavam narrativas. O roubo exercido pelos colonizadores para com os povos indígenas foi mais que desviar itens e espaços materiais. Houve roubo de cultura, línguas, arte, narrativas, fazendo com que a autoria fosse do colonizador e não dos indígenas. Embasada em um poder hegemônico, colonial e imperial, a literatura brasileira foi se constituindo. Assim, partir para a literatura por não ter outros espaços não configura essa arte como uma sobra que só seria aceita se não houvesse em que se agarrar, visto que a palavra indígena sempre existiu. No entanto, a literatura indígena mencionada por Potiguara na epígrafe evocada acima diz respeito à escrita indígena, esta que ainda nos dias de hoje busca seu espaço na cena literária contemporânea.

Nessa rede ancestral – formada pelas memórias herdadas dos antepassados – e também dialógica – pelas vozes que se unem para compor a sua poética – inscreve-se Eliane Potiguara. Mulher indígena descendente dos potiguara do litoral norte paraibano. Tendo nascido distante do berço ancestral, a autora nasceu no Rio de Janeiro, devido a migração forçada que sua família precisou realizar para sobreviver das nefastas perseguições que sua família enfrentou no início do século XX. A migração da família é narrada pela autora em sua obra-prima, o livro *Metade cara, metade máscara*, publicado pela primeira vez em 2004. Eliane Potiguara é considerada uma das pioneiras da literatura de autoria indígena no Brasil, na dimensão escrita. Além da escrita literária, teve/tem fortes contribuições na luta pelos direitos humanos, com foco nos direitos das mulheres, tendo viajado para diversas conferências e eventos representando as mulheres indígenas do Brasil.

Em *Metade cara, metade máscara* Eliane Potiguara narra o encontro com o berço ancestral dos seus antepassados: “visitou as terras imemoriais de sua mãe, de sua avó paraibana e de seus ancestrais espirituais. Ali sentiu a essência da existência humana, o seu cordão umbilical queimava e seus pés não andavam: flutuavam” (Potiguara, 2019, p. 27). Há diversos indígenas que foram apartados dos seus berços ancestrais e realizam esse processo de busca e/ou retorno às terras dos seus antepassados. Eliane Potiguara, embora tenha vivido grande parte de sua vida distante das terras potiguara, tem em sua memória as aprendizagens e sabedorias ensinadas por sua avó, Maria de Lourdes, uma anciã, com quem aprendeu muito. Inclusive, a autora indígena menciona em *Metade cara, metade máscara* que foi ouvindo as histórias que sua avó narrava que tomou gosto pela escrita. Não apenas a narração a envolvia, mas os sentimentos e os significados que a avó colocava em suas contações. Dessa maneira, “as histórias reais de sua avó a levavam para um mundo mágico e literário” (Potiguara, 2019, p. 27). Muito dessa ação de ouvir, de ser formada pela matriarca indígena, se reflete na produção poética e narrativa da autora. Em diversas das suas obras, nota-se sempre a figura de avós contando, formando, ensinando. Eliane Potiguara também foi a criadora do GRUMIM/Rede de Comunicação Indígena² e, em 2021, recebeu o título de Doutora *Honoris Causa* pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mesma universidade em que se graduou em Letras. Em 2025 lançou pela Editora do Brasil a obra “Conhori e as Icamíabas: Guerreiras da Amazônia”, tornando-se finalista do Prêmio Jabuti na categoria Livro Juvenil.

Autora de textos em prosa e poesia, é possível observar que alguns textos de Eliane Potiguara se aproximam do conceito de dialogismo bakhtiniano. Janice Thiél (2012, p. 89) destaca que “o texto indígena pode ter sido escrito não por duas mãos, mas por cem mil vozes ou mais”; dessa maneira, a ideia de que diversas vozes atravessa os textos de autoria indígena significa pensarmos em confluência de consciências que, não necessariamente, são vozes que concordam. Confluir em Bakhtin não significa concordar. No caso dos textos de Eliane Potiguara, muito da perspectiva dialógica se dá

² “Criado em 1987, o GRUMIN promove o acesso de mulheres e homens indígenas e suas organizações, às informações, mobilizando-os, influenciando-os na formação de opiniões. Desenvolve consciências críticas mobilizando indivíduos e organizações ao “empoderamento”, buscando o exercício dos direitos humanos para o desenvolvimento socio-político-econômico do presente e do futuro de suas tradições e cultura” (Grumin). Disponível em: <https://grumin.blogspot.com/>. Acesso em 2 de fevereiro de 2024.

pela relação sinonímica com sua avó. Outras vezes, os textos apresentam uma voz-imagem indígena que se enuncia, mas que carrega marcas de diálogos com outras vozes.

Dessa forma, neste texto, o conceito do teórico russo nos serve pensarmos como a poesia de autoria indígena se inscreve numa seara dialógica, em que as vozes familiares, políticas e ancestrais indígenas se imiscuem na composição poética de Eliane Potiguara, autora multifacetada, diversa, dialógica.

Dialogismo e poesia indígena

A marca dialógica aparece com intensidade na poesia de Eliane Potiguara. Mesmo em poemas que se iniciam com um “eu” evidente, é possível identificar resquícios de uma coletividade, de um atravessamento com outros textos, narrativas e experiências de vida da autora. Em outros poemas, a marca coletiva torna-se evidente, com a presença de pronomes na primeira pessoa do plural ou em pronomes possessivos que demarcam coletividade. Observe-se o poema intitulado “Terra”:

A Terra é um organismo vivo
E fala conosco através das chuvas,
Dos trovões, da luz do sol.
E faz crescer a vegetação,
E ilumina o dia,
E dá o néctar da vida
a todos os seres -
terrestres, marítimos, fluviais.
A lua é nossa avó, o sol é nosso avô.
Nossos corpos são sagrados
e de nossos úteros brotam vidas
(Potiguara, 2023, p. 108).

O poema em questão está presente no mais novo livro de 2023 *O vento espalha minha voz originária*, que foi lançado pela Grumin Edições, resultado de muitas escritas inéditas e de textos já publicados em sites, revistas e/ou coletâneas. Neste livro, Eliane Potiguara (2023, p. 11) reúne “testemunhos, pequenas crônicas, ensaios, poemas, citações, contos”, versando sobre diversos temas, tão caros aos povos indígenas quanto à toda humanidade. Uma das características da poesia de Eliane Potiguara é a presença de títulos nos poemas. Inclusive, vale enfatizar que a autora é considerada a primeira mulher indígena a publicar um poema no Brasil, “Identidade Indígena”, em 1975. O poema “Terra”, composto por 11 versos, salienta a importância desse planeta que, para

Revista de Letras Norte@mentos

187

Dossiê "Vozes identitárias da literatura indígena brasileira contemporânea: do registro etnográfico à criação literária.", Sinop, v. 19, n. 57, p. 184–200, jun. 2026.

muitos povos indígenas, é chamada de Mãe Terra. O respeito e o cuidado com essa ancestral sagrada, como destaca Kaká Werá Jecupé em *A terra dos mil povos* (2020), faz parte de uma cosmovisão ancestral que observa na natureza o processo da evolução humana. Assim, tanto a terra quanto o Sol, a Lua, o arco-íris, a água, o fogo, o ar, as plantas, os animais são ancestrais sagrados e, em cada povo indígena, adquire significados específicos (Werá Jecupé, 2020).

Pelo olhar do branco, o que ocorre no segundo verso do poema poderia ser chamado de personificação ou prosopopeia, uma vez que a Terra “fala” com os humanos por meio das chuvas, trovões e luz do sol. Assim, atribuem-se características humanas a seres não humanos. Mas, se observarmos pelo viés apontado por Werá Jecupé, de que a Terra é uma ancestral, não há personificação no poema, mas sim uma relação de encantamento, pois, de fato, os povos indígenas compreendem que por meio das chuvas, trovões e luz do sol a Terra ensina, forma. Dessa maneira, ela, a Terra, como destacada na primeira estrofe do poema, “é um organismo vivo”. A voz indígena do poema ainda destaca que é da Terra que provém o “néctar da vida” que é destinado a todos os seres da terra, dos mares e dos rios. No poema, denomina-se que a lua é nossa avó e o sol o nosso avô – seres sagrados. E, nessa relação ancestral e sagrada, o poema finda-se com a afirmação de que nossos corpos humanos também são sagrados, produtores de vida, tal como a Terra que nos alimenta.

Pensando então na relação dialógica que pode ser estabelecida no poema, observe-se a presença do pronome oblíquo tônico “conosco” para especificar que a voz do poema não fala apenas dela, mas de outros sujeitos – neste caso, os humanos. O final do texto é marcado por uma repetição excessiva do pronome possessivo “nosso”, marcado também nas suas flexões “nossa” e “nossos”. Assim, o texto de Eliane Potiguara atravessa uma coletividade, e é atravessado por outras vozes.

Quando se fala de autoria indígena, não se pode jamais esquecer do nascimento do texto no seio da cultura oral. De tal forma, as autoras Maria Inês de Almeida e Sônia Queiroz se perguntam quem seria o autor do conto oral indígena. A partir de tal questionamento, as autoras salientam que o contador, enquanto agente que partilha a narrativa, exerce a função de intérprete, não de dono do texto. Portanto, a autoria é

atribuída ao coletivo, ao povo, ao todo. Nesse ínterim, em *Problemas da poética de Dostoiévski* (2013) – doravante PPD, o autor russo Mikhail Bakhtin destaca que

um membro de um grupo falante nunca encontra previamente a palavra como uma palavra neutra da língua, isenta das aspirações e avaliações de outros ou despovoada das vozes dos outros. Absolutamente. A palavra ele a recebe da voz de outro e repleta de voz de outro. No contexto dele, a palavra deriva de outro contexto, é impregnada de elucidações de outros. O próprio pensamento dele já encontra a palavra povoada (Bakhtin, 2013, p. 244).

A palavra e a voz não são neutras. As vozes dos outros povoam também as nossas palavras. Dessa forma, há uma constante derivação naquilo que nos propomos a falar. O outro povoa nossos diálogos, e esse outro, para os povos indígenas, são os contadores, os pais e avós, os caciques, pajés. No texto oral indígena, a autoria torna-se coletiva porque o contador transmite e não toma a autoria para si, para seu “eu”. As contações, portanto, são tecidos que foram costurados ao longo das gerações, assim, aproximam-se do conceito dialógico de Bakhtin. Os contos orais indígenas são dialógicos porque evocam diálogos do ontem e do hoje. As narrativas orais exigem performance de quem narra. Cabe então ao contador performá-lo, dando a devida dimensão estética ao narrado. Nesse recebimento do outro, destacado por Bakhtin, nota-se a proposição poética indígena, muito presente em Eliane Potiguara, de escrever, mesmo que seja na primeira pessoa do singular, sempre embasada num discurso que é atravessado, também, pela voz do outro. A palavra indígena não é solitária; assim, concordando com Bakhtin, trata-se de uma palavra povoada, carregada de vozes outras, costurada ao longo do tempo, dialógica por natureza. Vejamos o poema a seguir:

ESPERANÇAS

Me emociona
O AMOR ENTRE OS POVOS,
como reconhecimento
da grande força ancestral que nos guia
e cria um cinturão de energia e luz.
É a própria natureza
que age a favor da humanidade,
contra a opressão humana (Potiguara, 2023, p. 108).

No poema “Esperanças”, vemos a marca evidente de uma personalidade pela marcação com o pronome oblíquo “me” seguido do verbo flexionado em primeira pessoa do singular. Assim, em um ato de liberdade criativa, a autora inverte essa regra,

que na fala popular costumeiramente é utilizada da mesma forma como empregada no poema. A voz poética do poema se emociona com o “AMOR ENTRE OS POVOS”; note-se a marcação em caixa alta, reconhecendo essa ação dialógica de atravessamento entre os povos. Os povos em questão são as diversas sociedades espalhadas pelo globo. Inclusive, esse verso grafado faz referência também a um poema narrativo que está presente no livro *Metade cara, metade máscara* (2019), intitulado “ATO DE AMOR ENTRE OS POVOS”. O amor entre os povos, para a voz poética, é o reconhecimento da força ancestral que guia a ambos. Aqui, vale destacar que a ancestralidade é algo que todos os povos possuem. Os povos indígenas e negros saúdam e respeitam suas ancestralidades porque delas vieram/vêm os ensinamentos que cria, o que no poema é chamado de “cinturão de energia e luz”. Marcante é também a escolha do título do poema, a ideia de esperança atravessa os povos indígenas, mas a marcação pluralizada escolhida pela autora denota que esse sentimento é compartilhado por todos os povos. A ideia de tecido dialógico na poesia de Potiguara surge também dessas marcações coletivas. Ao final do poema, a natureza é mencionada como a agente que conduz a humanidade em contraposição ao massacre humano. Nesse contexto, vale relacionar essa ideia de natureza, humanidade e humano com a discussão proposta por Ailton Krenak em *Futuro Ancestral* (2022), quando o autor coloca que muito do seu aprendizado descende de uma “fricção com a natureza” (Krenak, 2022, p. 102).

A partir de Ailton Krenak entendemos que nós somos também parte da natureza, o que nos leva a compreender a vida não apenas restrita ao ser humano, mas pensando também numa relação de humanidade múltipla, na qual seres animais, rios, plantas, montanhas também compõem esse espaço, sendo esses seres nossos ancestrais. Assim, Krenak (2022, p. 108) aponta que passou a se “confundir com a natureza num sentido amplo, de me entender como uma extensão de tudo, e ter essa experiência do sujeito coletivo”; e é essa coletividade que é abordada no poema de Eliane Potiguara. A natureza age em favor da humanidade, dos homens, dos rios, das montanhas, da fauna e da flora contra a opressão do próprio homem. Dessa maneira, como exposto por Krenak (2022, p. 37), “nas narrativas de mundo onde só o humano age, essa centralidade silencia todas as outras presenças”, as presenças da natureza como encantado, a presença da Mãe Terra como encantada. Sendo assim, o homem é o próprio destruidor

do amor entre os povos. Já no poema em que intitula de “Ancestralidade”, a voz indígena diz:

Só quem sentiu
Percebe o valor dos tempos (Potiguara, 2023, p. 104).

Em *O vento espalha minha voz originária* (2023), Eliane Potiguara investe em alguns poemas bastante curtos, compostos por dois ou três versos. No poema “Ancestralidade”, note-se que não há marcação específica de quem fala. A noção de ancestralidade atravessa a ação de sentir. Mas, sentir o quê? Quando a voz poética menciona que “só quem sentiu / percebe o valor dos tempos”, e levando em consideração o título do poema, supõe-se uma referência aos processos coloniais que fizeram diversos povos e comunidades sentirem as dores da perseguição, da morte, das proibições, das separações. E é nessa sinestesia de sentidos que esses sujeitos, que não são destacados explicitamente no poema, percebem “o valor do tempo”. Ter uma ancestralidade é, também, não se desligar das histórias dos seus ancestrais. Por isso, a poesia de Eliane Potiguara não descende de uma palavra neutra, isenta de significados ou despovoada de outras vozes, como vimos em Bakhtin (2013). Embora não marcadamente por termos, a poesia desta autora indígena carrega e espalha vozes diversas, vozes políticas, vozes ancestrais. Assim, é compreendendo esses processos ancestrais que não nos deixa esquecer a história, que, mesmo sem marcações explícitas, os poemas da autora são compreendidos, como se pode ver no poema “Viagem”:

Não são Américas!
São Terras Sangrentas de meu coração (Potiguara, 2023, p. 104).

A voz indígena renega a definição de América como termo inventado pelo colonizador para homenagear o colonizador. Ainda sobre o nome América, a homenagem no nome do continente “somente nasce em 1507, quando o geógrafo alemão Martin Waldseemüller publica ‘Introdução à Cosmografia’, contendo um mapa no qual o autor refere-se ao Novo Mundo como ‘América’, em uma clara homenagem a Américo Vespúcio” (Farret; Pinto, 2011, p. 33). Rafael Leporace Farret e Simone Rodrigues Pinto destacam, a partir das proposições do filósofo uruguaio Arturo Ardao, que antes de se chamar América, o continente primeiramente foi denominado de “Índias”, depois de “Novo Mundo”.

No entanto, mais que o poder exercido na ação de nomear o território, essas terras que forçadamente chamamos América são terras em que houve lutas e resistências, por isso, a voz indígena do poema elucida que terras sangrentas de seu coração. O trauma da colonização não foi experienciado por todos os sujeitos indígenas. Muitos de nós percebemos atualmente resquícios desse trauma colonial. Mas, mesmo não tendo vivenciado em sua totalidade esse trauma, muitos autores e muitas autoras indígenas utilizam-se da literatura como um meio que reverbera essas marcas traumáticas. O sangue que foi derramado nessas terras chamadas Américas escorreram pelo poder colonial genocida que perdurou e ainda tem forças nessas terras. Assim, as vozes que atravessam a poesia de Eliane Potiguara são vozes insatisfeitas com tantas marcas que fizeram sangrar e que continuam a marcar corpos e experiências indígenas.

São essas vozes que fazem com que Eliane Potiguara dialogue sobre ancestralidade, trauma, memória e tantos outros elementos que cabem no poema. São essas vozes também que criam imagens de denúncias e críticas. Retomando então a proposição de Janice Thiél, já evocada nesse texto, quando destaca que o texto indígena pode ser escrito por cem mil vozes ou mais, é que enveredamos também essa discussão pelas proposições bakhtinianas, pensando que a literatura indígena é, por natureza, um espaço de dialogismo, costurado a cada geração, no tempo, nas memórias. Vejamos duas estrofes a seguir do poema “Identidade Indígena”, presente no livro *Metade Cara, Metade Máscara* (2019). Tal poema foi publicado pela primeira vez em 1975 em jornais.

Eu viverei 200, 500 ou 700 anos
E contarei minhas dores pra ti
Oh! Identidade
E entre um fato e outro
Morderei tua cabeça
Como quem procura a fonte da tua força
Da tua juventude
O poder da tua gente
O poder do tempo que já passou
Mas que vamos recuperar.
E tomaremos de assalto moral
As casas, os templos, os palácios
E os transformaremos em aldeias do amor
Em olhares de ternura [...]

Nós, povos indígenas,
Queremos brilhar no cenário da História

Resgatar nossa memória

E ver os frutos de nosso país, sendo divididos

Radicalmente

Entre milhares de aldeados e "desplazados"

Como nós (Potiguara, 2019, p. 114-115, grifos nossos).

O poema “Identidade Indígena” é extenso e apresenta uma voz-imagem indígena que anuncia e denuncia. Nas estrofes expostas acima, é possível identificar um eu evidente, que expõe sua visão a partir de sua individualidade, mas que também possui uma coletividade. A primeira pessoa do singular é marcante na primeira estrofe destacada acima. Por meio dos verbos “viverei”, “contarei” e “morderei”, a voz anuncia que é pela identidade que recuperará o que fora tomado/perdido. No entanto, a mesma estrofe apresenta a troca do singular pelo plural, quando os verbos passam a ser “tomaremos” e “transformaremos”. A estrofe final, por sua vez, anuncia uma coletividade não apenas nos pronomes e verbos, mas naquilo que estamos chamando de dialogismo. O poema de Eliane Potiguara se enuncia pela capacidade dialógica de unir vozes que desejam “brilhar no cenário da História” e “resgatar nossa memória”. Portanto, se Bakhtin (2011, p. 348) enuncia que “a vida é dialógica por natureza”, o poema de Eliane Potiguara traz à tona a possibilidade de definir a poesia indígena como dialógica.

Em suma, a discussão aqui centrada não acontece na busca por uma aceitação dos textos indígenas nas teorias bakhtinianas, mas para evidenciar que os diálogos ancestrais e memórias indígenas que transparecem nas narrativas orais e escritas são compostas por relações alteritárias, que mantêm constante diálogos mesmo antes de uma teoria que definisse polifonia e dialogismo. Os textos indígenas apresentam confluências de vozes, diálogos inacabados e narradores em arena a fim de compor uma teia de vozes ancestrais e do nosso tempo.

Paulo Bezerra, em seu texto “Polifonia”, presente no livro *Bakhtin: conceitos-chave* (2005), organizado por Beth Brait, observa que estão associados ao conteúdo polifônico os conceitos de “realidade em formação, não inconclusibilidade, não cabamento, dialogismo, polifonia” (Bezerra, 2005, p. 191). De tal forma, os textos de autoria indígena aproximam-se da proposta polifônica, de forma que suas construções acontecem via ancestralidade, e a ancestralidade é inacabada, está sempre em processo, é inconclusa, tal como acontece nas contações. Um conto oral e um texto

escrito que nasce da oralidade não se esgota no final. Há sempre algo mais a ser dito, cada geração dá uma continuação ao narrado, acrescenta, diminui, esquece, lembra. Assim, textos como os de Eliane Potiguara, por exemplo, fogem da proposta monológica, que “pretende ser a última palavra” (Bezerra, 2005, p. 192). A literatura indígena não é uma voz única, nem pretende ter a palavra final. O que se cultiva e partilha nos dias de hoje será repassado por vozes diversas, continuando assim o fio ancestral que une essas narrativas. Este repasse ocorre de forma poética, anunciativa e formativa, como se pode observar no poema “Mulheres Guerreiras”.

Tomemos fôlego
Para as próximas etapas.
Esqueçamos decepções ou desamores.
A luz que recebes na testa é o sinal (Potiguara, 2023, p. 110).

Este poema funciona como orientação. Alguns poemas de Eliane Potiguara adquirem um tom informativo, às vezes utilizando-se de verbos no imperativo, para indicar, informar, orientar. Neste, a voz-imagem instrutiva dialoga com as mulheres indígenas, estas que são chamadas de guerreiras. O poema é composto por apenas quatro versos, sendo iniciado nos versos um e três por verbos conjugados na primeira pessoa. O verso dois é uma continuação do imperativo “tomemos fôlego”. Essa voz orienta as mulheres à necessidade de tomar fôlego, que aqui pode ser lido como descansar, empenhar-se pelo que virá pois ainda há “as próximas etapas”. Embora não haja uma voz evidente no poema, subentende-se que há alguém que conclama as mulheres a tomarem fôlego para seguirem. Assim, o imperativo no verso terceiro ordena e convida essas mesmas mulheres a esquecerem as “decepções ou desamores”. Dessa forma, destaque-se que as mulheres indígenas foram/são vítimas de diversos ataques a seus corpos, experiências; tiveram suas liberdades invadidas, seus filhos retirados. A luz recebida na testa pode ser lida como o incentivo das ancestrais para a continuação da caminhada. A figura da mulher aparece na poesia de Eliane Potiguara como sujeito que enuncia suas dores, mas que jamais desiste de seguir para alcançar a liberdade. Em *Metade cara, metade máscara* (2019), no poema “O segredo das mulheres”, a voz poética indígena, tal como no poema “Mulheres Guerreiras”, conclama as parentas, irmãs para a luta, para a resistência. Eliane Potiguara (2019, p. 46) nos lembra que “a libertação do povo indígena passa radicalmente pela cultura, pela

espiritualidade e pela cosmovisão das mulheres”; dessa forma, a mulher indígena é uma fonte inesgotável de ensinamentos, que possui uma espiritualidade forte e suas cosmovisões formam e ensinam.

No poema “Os guardiães espreitam”, há uma confluência de vozes que declamam:

Eu oro
Tu vibras
Ele realiza
Nós aceitamos
Vós curais
Eles te guardam!
E o chocalho toca...
E continua a tocar...
E bate, e bate, e bate...
O chão vibra
Ao som dos tambores
Ao pé dos senhores
Nas mãos das senhoras
Que vão te curar (Potiguara, 2023, p. 107).

Observar que as literaturas indígenas podem também revelar ações dialógicas só é possível por meio da alteridade. Os povos indígenas vivem esse princípio necessário às relações cosmológicas. O ato de relacionar-se com o outro e ter nele uma ligação ancestral e memorial confere aos povos indígenas uma dimensão particular e ao mesmo tempo coletiva. Bakhtin (2011, p. 33) salienta que “o homem tem uma necessidade estética absoluta do outro, do seu ativismo que vê, lembra-se, reúne e unifica [...]”. Assim, o princípio da alteridade é essa necessidade que o homem tem de estar em relação com o outro, de necessitar do outro para ser contemplado, para que possa existir em sua exterioridade pelo olhar do outro. Dessa maneira, o poema “Os guardiães espreitam” revela essa marca de alteridade, uma vez que opta pelas marcações dos seis pronomes pessoais retos. Em cada pronome, há a presença de um outro, de uma voz que realiza algo. Em relação à conjugação verbal, diferentes verbos aparecem após cada pronome. Iniciado pelo “eu”, subentende-se que seja esta a voz narrativa do poema. Assim, orar, vibrar, realizar, aceitar, curar e guardar são as ações que sintaticamente são realizadas pelos sujeitos. No entanto, no pronome “eles”, há a presença do pronome oblíquo átono “te”, fazendo então referência ao título do poema. Ao exclamar “Eles te guardam”, a voz poética refere-se aos guardiões, ou seja, aos ancestrais. Em seguida, há

referência ao chocalho que balança, que toca, que emite som e faz o corpo dançar, o chão vibrar. Por fim, a voz-imagem indígena elucida os pés dos senhores e as mãos das senhoras, referenciando os mais velhos e as mais velhas, numa relação de alteridade, que une corpos e vozes.

Do dialogismo à poética do eu-nós: considerações

De tal maneira, para a construção do texto literário indígena, a alteridade é fator importante. Trudruá Dorrico,³ doutora em Teoria da Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), autora indígena, chama essa relação de alteridade no texto literário indígena de “poética do eu-nós”. Alteridade, polifonia e dialogismo são conceitos irmãos. De tal forma, na literatura, esses conceitos adquirem relações específicas que dizem respeito ao escrito, mas também a quem escreve. Assim, na literatura indígena, valida-se o que se escreve/narra e quem escreve/fala, por isso, Dorrico (2017, p. 226) compreende “o ‘eu-nós’ como uma intrínseca relação de alteridade que une à voz e à autoria individual, o ‘eu’ enquanto sujeito histórico, o ‘nós’, a memória coletiva/mítica da tradição ancestral comunitária”. Com isso, compreende-se que as literaturas de autoria indígena possuem uma via dupla no que diz respeito à autoria.

Em relação ao papel do autor, a teoria literária teve e ainda tem muitos estudiosos que se debruçam sobre esse campo, às vezes minado, às vezes dúbio, às vezes com respostas. Alguns dos principais nomes que se destacaram nesse debate sobre autor/autoria foram os franceses Michel Foucault e Roland Barthes. Em discussões estruturalistas e pós-estruturalistas, ambos falavam sobre o desaparecimento e o lugar que deveria ser dado ao autor. Em *O rumor da língua* (2004), ao falar sobre a morte do autor, Barthes questiona aquilo que chama de reinado e império do autor. Assim, o estruturalista francês observa que “um texto é feito de escrituras múltiplas, oriundas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação” (Barthes, 2004, p. 64). Neste caso, Barthes se aproxima do dialogismo

³ A autora assinou o texto em questão como Julie Dorrico. No entanto, em seu processo de retomada, mudou seu nome para Trudruá Dorrico. Por isso, em respeito à escolha da autora, grafo durante o texto como a autora deseja ser chamada.

bakhtiniano. Porém, o francês continua: “mas há um lugar onde essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se disse até o presente, é o leitor [...]” (Barthes, 2004, p. 64). O crítico retira o que chama de reinado do autor e coloca apenas no leitor. De fato, tanto Barthes quanto Bakhtin descartam a unicidade do sujeito. Tirar do autor e colocar a responsabilidade da obra apenas no leitor restringe uma gama de possibilidades, considerando que o autor escreve a partir de uma ideologia e de contatos. A literatura indígena, por sua vez, aproxima-se mais da conceituação bakhtiniana que da barthesiana, uma vez que considera o leitor importante, tal como o autor, ou os autores. Fazer o autor morrer, para a literatura indígena, é deixar o texto sem vida, sem vozes, sem a importância de seus narradores.

Michel Foucault, por sua vez, em seu famoso ensaio “O que é um autor?” – no qual produz o famoso questionamento “que importa quem fala?” (Foucault, 2001, p. 264) –, descortina a problematização da função autor, no qual esse sujeito, na concepção foucaultiana funciona como mecanismo que deveria estar próximo ao anonimato. Seja na concepção barthesiana ou foucaultiana, a poética do eu-nós indígena, dispensa esse anonimato, morte ou desaparecimento do autor, pois considera o autor ou os autores partícipes do ambiente literário.

De tal forma, retornando à concepção de Dorrico (2017), a autoria indígena caminha por um viés duplo. A poética do eu-nós diz respeito à autoria indígena que pode ser individual e/ou coletiva. Os textos podem ser assinados por um eu e serem atravessados por um nós. Assim, Dorrico (2017) observa que no eu se revela esse sujeito singular, histórico, e no nós revela-se o sujeito plural, mítico, atravessado por vozes outras. De tal forma, há textos indígenas que recebem a autoria individual, quando destacados pelo nome do autor, da autoria, por exemplo: Eliane Potiguara, Graça Graúna, Denizia Fulkaxó. E há textos que recebem a autoria coletiva, seja em antologias de contos ou poemas, seja em narrativas escritas por grupos de autores indígenas, seja em textos escritos que provém da oralidade e assinadas em nome do povo, por exemplo: Povo Potiguara, Povo Kariri Xocó, etc. No entanto, sobre os textos com assinatura individual, Dorrico destaca que é necessário “ver a matéria ancestral existente na criação estética” (Dorrico, 2017, p. 226), uma vez que muitos desses textos, como já enfatizado, são assinados por uma alcunha individual, mas são carregados de

outras vozes ancestrais, por isso a proximidade com o dialogismo, a alteridade, a polifonia.

A autoria indígena passa ainda por um processo que é a escrita em parceria com autores não indígenas. Neste caso, tratam-se de produções híbridas, quanto à autoria, mas indígenas em relação ao assunto. Geralmente os não indígenas que escrevem ou colaboram com os autores indígenas são pessoas conscientes de seus respectivos lugares sociais, de forma que não tomam o protagonismo do texto para si. Assumem o compromisso ético e estético de colaborar na disseminação da autoria indígena, não como acontece em *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade.⁴ Um exemplo dessa parceria entre indígena e não indígena é o famoso livro *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami* (2015), que recebe a autoria do indígena xamã Davi Kopenawa e do antropólogo francês Bruce Albert. A autoria neste caso é dupla, embora o texto esteja marcadamente na primeira pessoa do plural. Destaca-se no texto que “o ‘eu’ desta narrativa é também o de um outro, um alter ego redator – eu mesmo. De modo que este livro é afinal um ‘texto escrito/falado a dois’” (Kopenawa; Albert, 2015, p. 537). Assim, o livro constitui-se por meio da voz de Kopenawa e da redação/tradução de Albert.

Eliane Potiguara, então, enquanto autora que tece sua poética pelas relações do eu-nós, do dialogismo e da alteridade, elabora uma múltipla produção literária que une vozes atuais e ancestrais numa rede que é atravessada por consciências diversas. Aqui, não tencionamos fazer com que a poesia de Eliane Potiguara seja enquadrada ou aceita num modelo eurocêntrico de dialogismo cunhado por Mikhail Bakhtin, pelo contrário, noto as relações, mas entendendo a poética dessa autora indígena como um espaço que se quer literário, mas também político, ancestral e, por natureza, memorial. Lembremos que a autora potiguara é uma das responsáveis por iniciar o projeto político literário indígena na cena brasileira. No poema “O tempo passa”, a voz poética indígena que pode confundida com a própria voz da autora, há uma referência a esse processo de escrita que se quer cada vez mais fincado na alteridade:

Quando só tinha meia dúzia, eu estava lá.
O bastão já está passado (Potiguara, 2023, p. 100).

⁴ Uma vez que “*Macunaíma: o herói sem nenhum caráter* organiza-se a partir de um conjunto de narrativas, reunião de fontes, formas culturais/artísticas híbridas e díspares que resultam em um amálgama (por vezes bastante contraditório) das culturas brancas, negras e indígenas” (Medeiros *et al.*, 2021, p. 172).

Enquanto precursora, Eliane Potiguara reconhece sua presença nessa cena que por muito tempo foi (e ainda é) seletiva, machista e separadora. No entanto, o bastão já está passado para tantas e tantos escritoras/es indígenas que continuam reproduzindo memórias e espalhando no vento suas vozes originárias. Sim, formada pela pena coletiva e individual, a literatura indígena emerge nesse seio ancestral, polifônico e dialógico. As vozes ancestrais se unem às vozes do hoje para disseminar a autoria indígena por espaços outros. Mesmo quando individualmente carrega a marca coletiva explícita ou implicitamente. Quando coletiva, reverberando a presença ancestral que emana nas linhas do texto. Quando pela pena e pela colaboração de um não indígena, exigindo a autoria e o devido reconhecimento. Juntos/as à Eliane Potiguara, continuemos a espalhar vozes originárias no vento.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução, notas e prefácio de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BARTHES, Roland. A Morte do Autor. *O Rumor da Língua*. Trad. Mario Laranjeira, São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BEZERRA, Paulo. Polifonia. In. BRAIT, Beth. *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

DORRICO, Julie. A oralidade no impresso: o ‘eu-nós lírico-político’ da literatura indígena contemporânea. *BOITATÁ*, Londrina, n. 24, 2017.

FARRET, Rafael Leporace; PINTO, Simone Rodrigues. América Latina: da construção do nome à consolidação da ideia. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 12, n. 23, p. 30-42, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema* (vol. III). Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 264-298, 2001.

KRENAK, Ailton. *Futuro Ancestral*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KOPENAWA, Davi. ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MEDEIROS, Ana Clara M. SILVA FILHO, Joel V. S. da. GOMES, Luís André P. Makunaimã no palco da literatura indígena contemporânea: autoria coletiva e resistência política 90 anos depois de Macunaíma. *Itinerários*, Araraquara, n. 52, p. 167-185, jan./jun. 2021.

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara, metade máscara*. 3ª ed. Rio de Janeiro: GRUMIM, 2019.

POTIGUARA, Eliane. *O vento espalha minha voz originária*. 1ª ed. Rio de Janeiro: GRUMIM, 2023.

POTIGUARA, Eliane. *GRUMIN/Rede de Comunicação Indígena*, 2006. Disponível em: <https://grumin.blogspot.com/>. Acesso em 2 de fevereiro de 2024.

THIÉL, Janice. *Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

WERÁ JECUPÉ, Kaká. *A terra dos mil povos: história indígena contada por um índio*. Ilustrações de Taisa Borges. 2. Ed. São Paulo: Peirópolis, 2020.

Recebido em 15/04/2026

Aceito em 20/07/2026